



2º Simulado Especial

TRT 10

Cargo: Analista Judiciário -

Área Judiciária - Pós-Edital

Simulado

2º Simulado Especial TRT-10 (Analista Judiciário - Área Judiciária)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista Judiciário - Área Judiciária do TRT-10**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/7GMQnLGeateqT6U6A>

01 - CE	16 - CE	31 - CE	46 - CE	61 - CE	76 - CE	91 - CE	106 - CE
02 - CE	17 - CE	32 - CE	47 - CE	62 - CE	77 - CE	92 - CE	107 - CE
03 - CE	18 - CE	33 - CE	48 - CE	63 - CE	78 - CE	93 - CE	108 - CE
04 - CE	19 - CE	34 - CE	49 - CE	64 - CE	79 - CE	94 - CE	109 - CE
05 - CE	20 - CE	35 - CE	50 - CE	65 - CE	80 - CE	95 - CE	110 - CE
06 - CE	21 - CE	36 - CE	51 - CE	66 - CE	81 - CE	96 - CE	111 - CE
07 - CE	22 - CE	37 - CE	52 - CE	67 - CE	82 - CE	97 - CE	112 - CE
08 - CE	23 - CE	38 - CE	53 - CE	68 - CE	83 - CE	98 - CE	113 - CE
09 - CE	24 - CE	39 - CE	54 - CE	69 - CE	84 - CE	99 - CE	114 - CE
10 - CE	25 - CE	40 - CE	55 - CE	70 - CE	85 - CE	100 - CE	115 - CE
11 - CE	26 - CE	41 - CE	56 - CE	71 - CE	86 - CE	101 - CE	116 - CE
12 - CE	27 - CE	42 - CE	57 - CE	72 - CE	87 - CE	102 - CE	117 - CE
13 - CE	28 - CE	43 - CE	58 - CE	73 - CE	88 - CE	103 - CE	118 - CE
14 - CE	29 - CE	44 - CE	59 - CE	74 - CE	89 - CE	104 - CE	119 - CE
15 - CE	30 - CE	45 - CE	60 - CE	75 - CE	90 - CE	105 - CE	120 - CE

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/mASY>

CONHECIMENTOS BÁSICOS**LÍNGUA PORTUGUESA***Fabício Dutra*

No âmbito do processo do trabalho, o Agravo de Petição é o recurso cabível para impugnar decisões definitivas ou terminativas proferidas na fase de execução pelo juiz ou presidente do tribunal. Regulamentado pelo art. 897 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), deve ser interposto no prazo de oito dias, prorrogável caso o vencimento ocorra em dia não útil. Já Ministério Público do Trabalho, Defensoria Pública e Fazenda Pública possuem prazo em dobro para recorrer.

Apesar de ambos previstos no artigo 897 da CLT, o Agravo de Petição e o Agravo de Instrumento possuem finalidades distintas. O primeiro é voltado à fase de execução, enquanto o segundo é utilizado para destrancar recursos denegados por despachos judiciais.

O Agravo de Petição pode ser interposto em diversas situações, como:

Sentença de embargos à execução, adjudicação ou arrematação;

Decisões em ações de Embargos de Terceiros;

Extinção da execução ou incidentes processuais na fase executória.

Para ser aceito, o recurso precisa atender a pressupostos recursais, como tempestividade, legitimidade, interesse e ausência de fatores impeditivos. Diferentemente de outros recursos, não exige o pagamento de custas antecipadas, sendo essa cobrança feita ao final da execução.

Outro ponto essencial é a delimitação da matéria, ou seja, o agravante deve especificar, de forma fundamentada, os aspectos e valores impugnados. Esse requisito evita a paralisação da execução quanto às partes não contestadas, conforme preceitua a Súmula 416 do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

A competência para julgar o Agravo de Petição varia conforme a origem da decisão recorrida. Se esta for proferida por um juiz do trabalho ou juiz de Direito, o julgamento caberá a uma das Turmas do Tribunal Regional do Trabalho (TRT). Já quando a decisão parte do

presidente do tribunal, cabe ao próprio tribunal a análise do recurso.

Por fim, o Agravo de Petição possui apenas efeito devolutivo, permitindo a continuidade da execução para os pontos não impugnados, garantindo maior celeridade ao trâmite processual.

- 01.** De acordo com o texto, o Agravo de Petição é um recurso da execução trabalhista para contestar decisões finais, exigindo tempestividade e delimitação da matéria.
- 02.** Conforme as ideias do texto, o Agravo de Petição obsta a revisão de decisões na execução trabalhista sem interromper a parte não contestada do processo.
- 03.** No primeiro período do primeiro parágrafo, o conectivo 'para' introduz oração com valor de finalidade.
- 04.** No trecho a seguir, presente no segundo parágrafo, 'O primeiro é voltado à fase de execução, enquanto o segundo é utilizado para destrancar recursos denegados por despachos judiciais.', há dois pronomes com função de estabelecer coesão anafórica.
- 05.** No início do quarto parágrafo, a preposição 'a', antes de 'pressupostos', poderia ser suprimida sem prejuízo para a correção.
- 06.** No último período do quarto parágrafo, ocorre voz passiva analítica.
- 07.** No primeiro período do quinto parágrafo, as vírgulas foram empregadas de acordo com a mesma razão gramatical.

08. No final do quinto parágrafo, o conectivo 'conforme' poderia ser substituído corretamente, com manutenção do sentido, por 'consoante'.

09. No segundo período do sexto parágrafo, o pronome 'esta' retoma o substantivo 'origem'.

10. No final do penúltimo parágrafo, o termo 'a análise do recurso' exerce a função de objeto direto.

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO

Paulo Sousa

11. Os Tratados e Convenções internacionais ratificados pelo Brasil na forma estabelecida na Constituição, sejam com status de Emenda Constitucional, sejam com eficácia supralegal, são considerados fontes do Direito.

12. O ato jurídico perfeito é aquele já consumado segundo a lei vigente ao tempo em que tenha sido efetuado.

13. Quanto à amplitude, as normas podem ser gerais, especiais, excepcionais ou singulares.

14. Quanto a interpretação da norma jurídica, podemos afirmar que a interpretação sistemática busca restringir o alcance da norma, de modo a não extrapolar os limites geralmente considerados da norma.

15. A Lei X entrar em vigor em todo o país, sem exceção, 45 dias depois de oficialmente publicada, se não houver previsão de *vacatio legis* diversa.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

Sobre o Poder Judiciário e Administração Pública, julgue os itens a seguir

16. No sistema constitucional brasileiro, o Poder Judiciário tem a prerrogativa de revisar atos administrativos praticados pela Administração Pública, podendo declarar sua nulidade em caso de ilegalidade ou inconstitucionalidade. No entanto, o Judiciário não pode substituir o mérito administrativo por suas próprias decisões, uma vez que isso violaria o princípio da separação dos poderes.

17. A Justiça Comum é competente para julgar ação ajuizada por servidor celetista contra o Poder Público, em que se pleiteia parcela de natureza administrativa.

Sobre os Direitos Sociais, julgue o item a seguir

18. A Constituição Federal de 1988 estabelece que os direitos sociais, como o direito à saúde e à educação, têm natureza meramente programática, o que significa que não há uma obrigação concreta do Estado em garanti-los.

19. **Caso:** Decreto do Presidente da República excluiu a previsão de adaptação das provas físicas para candidatos com deficiência e fixou que os critérios de aprovação dessas provas poderão seguir os mesmos critérios aplicados aos demais candidatos. **Assertiva:** É inconstitucional a interpretação que exclui o direito de candidatos com deficiência à adaptação razoável em provas físicas de concursos públicos.

20. O princípio da proibição da insuficiência é admitido pela doutrina brasileira e tem por finalidade a concretização dos direitos sociais, a partir da definição de um conteúdo mínimo de direitos fundamentais, que não pode ser suprimido pelo legislador sem que seja feita uma compensação adequada.

Sobre os Direitos e garantias fundamentais, julgue o item a seguir.

21. Os direitos fundamentais declaram os bens em si considerados. As garantias, por sua vez, são instrumentos de proteção dos direitos, são normas constitucionais assecuratórias. A liberdade de locomoção é um direito e o *habeas corpus*, uma garantia.

22. As normas definidoras de direitos fundamentais sociais, nos termos estabelecidos pela Constituição Federal, são de conteúdo meramente programático e sua aplicação depende da disponibilidade de recursos públicos.

Sobre a nacionalidade, considerando as disposições da Constituição da República de 1988, julgue o item a seguir.

23. Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro (nato ou naturalizado) que adquirir outra nacionalidade, exceto nos casos de reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira ou de imposição de naturalização, pela norma estrangeira, ao brasileiro residente em estado estrangeiro, como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis.

A respeito do controle de constitucionalidade estadual, julgue o item.

24. **Caso:** O Tribunal de Justiça do estado Alfa julgou o mérito de representação de inconstitucionalidade proposta contra lei do município Beta, por violação exclusiva de norma de reprodução obrigatória constante da Constituição estadual. **Assertiva:** A respeito do caso narrado, é correto afirmar que o Tribunal de Justiça, ao julgar a causa, invadiu a competência do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria, uma vez que o controle de constitucionalidade tem por parâmetro exclusivo a Constituição Federal.

A respeito do Poder Legislativo, conforme jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, julgue o item.

25. A norma da Constituição Federal que prescreve a eleição dos membros da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados e do Senado Federal é de reprodução obrigatória por parte dos Estados-membros, de modo que é vedada a reeleição para o mesmo cargo na mesma legislatura.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Rodrigo Bet

26. O ato administrativo é caracterizado como uma manifestação unilateral de vontade da Administração Pública, regida por normas de direito público, com a finalidade de produzir efeitos jurídicos voltados ao interesse público.

27. De acordo com a Lei nº 8.112/1990, o servidor público será exonerado do cargo se não tomar posse no prazo de 30 dias, contados da publicação do ato de provimento.

- 28.** A imperatividade, considerada um elemento essencial dos atos administrativos, refere-se à obrigatoriedade de que esses atos sejam sempre aceitos pelos destinatários, independentemente de sua natureza.
- 29.** A aplicação de multa a um restaurante por descumprimento de normas sanitárias caracteriza o exercício do poder disciplinar pela Administração Pública, uma vez que envolve a imposição de sanção por infração a regras administrativas.
- 30.** Nos termos da Lei nº 9.784/1999, o processo administrativo federal pode ser iniciado tanto de ofício pela Administração quanto por provocação do interessado.
- 31.** A criação de uma nova Secretaria de Educação por um município, com o objetivo de coordenar políticas educacionais e supervisionar unidades escolares, caracteriza um exemplo de descentralização administrativa.
- 32.** De acordo com a Lei nº 14.133/2021, a publicação de contratos administrativos resultantes de contratação direta no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) deve ocorrer em até 20 dias úteis após a assinatura do contrato.
- 33.** De acordo com a Lei nº 14.133/2021, a publicação de contratos administrativos resultantes de contratação direta no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) deve ocorrer em até 20 dias úteis após a assinatura do contrato.
- 34.** Nos termos da Lei nº 14.133/2021, a subcontratação em contratos administrativos é permitida para parcelas do objeto, desde que autorizada previamente pela Administração e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais.

- 35.** No regime de contratação integrada, cabe à Administração Pública a elaboração do projeto básico, enquanto o contratado é responsável pelo projeto executivo e pela execução da obra ou serviço.

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

Ricardo Torques

- 36.** Em relação ao controle de convencionalidade e à interpretação e aplicação dos tratados internacionais de proteção aos direitos humanos, julgue o item seguinte.

Suponha que um Estado adote a decisão internacional exarada em processo internacional de direitos humanos do qual foi réu. Nesse caso, estamos diante de um controle compulsório de convencionalidade.

- 37.** A Emenda Constitucional 45/04 inseriu no texto constitucional a possibilidade de propositura do Incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal. Considerando o entendimento do STF sobre o assunto, julgue o item subsequente:

A criação do incidente de deslocamento agride o princípio do juiz natural.

- 38.** Julgue o item a seguir, referente aos sistemas de proteção dos direitos humanos e à Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH).

Segundo a DUDH, todo ser humano, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho.

39. Considerando a Resolução nº 368/2023 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), julgue o item a seguir.

O Comitê Gestor Nacional do programa de equidade, de raça e diversidade reunir-se-á semestralmente, em caráter ordinário, podendo ser convocadas reuniões extraordinárias pela Presidência ou pela Coordenação Nacional do Programa

40. Determinado Tratado Internacional de Direitos Humanos fora aprovado, em 2025, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por quatro quintos dos votos dos respectivos membros. Sobre o caso narrado, julgue o item subsequente.

Em virtude do quórum alcançado, o referido tratado será equivalente à lei ordinária.

NOÇÕES DE GOVERNANÇA PÚBLICA

Elisabete Moreira

Acerca da gestão de resultados e da governança pública, avalie os itens a seguir.

41. Na gestão de resultados, a avaliação da efetividade na administração pública, realizada com base em indicadores e metas previamente definidos, deve expressar o atingimento dos objetivos fixados e dos resultados almejados pela sociedade, a exemplo do aumento na relação leito/pacientes atendidos nos hospitais públicos.

42. As estruturas de governança pública envolvem instâncias internas responsáveis por definir ou avaliar a estratégia e as políticas, bem como monitorar a conformidade e o desempenho, como a liderança executiva e/ou o conselho de administração.

Julgue os itens seguintes acerca de aspectos do processo organizacional, gestão estratégica e estruturas organizacionais.

43. Tomando por base um intervalo de tempo definido, o processo de direção envolve interferir na realidade das organizações, para movê-las de uma situação conhecida para uma situação desejada.

44. A gestão estratégica envolve a análise de aspectos do macroambiente das organizações, a exemplo dos fatores tecnológicos, que podem produzir mudanças que impactem no custo de produção e na capacidade de investimentos.

45. As organizações formais modernas, num ambiente de constante mudança, devem ser capazes de se adequar rapidamente às necessidades de mercado, adotando sempre estruturas especializadas adaptativas, para atender às novas expectativas dos clientes.

Julgue os itens seguintes acerca de aspectos da gestão de processos, da gestão da excelência e da gestão de projetos.

46. A modelagem de processos de negócio realiza um conjunto de atividades envolvidas na criação de representações de um processo de negócio existente ou proposto, podendo promover uma perspectiva ponta a ponta ou uma porção dos processos primários, de suporte ou de gerenciamento.

47. Para realizar projetos é necessário concentrar esforços nas partes menores, que tenham entregas alcançáveis, cujos prazos possam ser cumpridos, relacionando entregas micro e macroentregas.

48. A técnica Kanban pode ser considerada um exemplo de metodologia ágil, utilizada por uma equipe de gestão de projetos, que permite identificar e mensurar objetivos específicos, alcançáveis, relevantes e temporais.

Julgue os itens seguintes acerca das teorias da administração e da estratégia do Poder Judiciário.

49. A teoria da administração científica contribuiu com o estudo de tempos e movimentos e estabeleceu um sistema de controle, baseado no princípio da exceção.

50. A Resolução CNJ nº 325/2020, que trata da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026, contempla propostas orçamentárias dos tribunais e dos conselhos de justiça alinhadas aos seus respectivos planos estratégicos e aos orçamentos, mesmo que não haja garantia dos recursos à sua execução.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

51. De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, a sucessão por morte ou por ausência obedece à lei do país em que domiciliado o defunto ou o desaparecido, qualquer que seja a natureza e a situação dos bens.

52. Em relação aos direitos da personalidade, o nome da pessoa não pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, exceto quando não haja intenção difamatória.

53. Cessará para os menores a incapacidade pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento particular, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos.

54. Quando insuficientes para constituir a fundação, os bens a ela destinados serão imediatamente incorporados em outra fundação que se proponha a fim igual ou semelhante.

55. Nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia 90 dias depois de oficialmente publicada.

56. De acordo com o princípio da especialidade, a lei nova que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

57. Com base nos direitos da personalidade, é vedada a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.

58. Se a pessoa jurídica tiver diversos estabelecimentos em lugares diferentes, cada um deles será considerado domicílio para os atos nele praticados.

59. São acessórios os bens que, não constituindo partes integrantes, se destinam, de modo duradouro, ao uso, ao serviço ou ao aformoseamento de outro.

60. Constituem bens móveis as edificações que, separadas do solo, mas conservando a sua unidade, forem removidas para outro local.

- 61.** A impossibilidade inicial do objeto não invalida o negócio jurídico se for relativa, ou se cessar antes de realizada a condição a que ele estiver subordinado.
- 62.** Nas declarações de vontade se atenderá mais à intenção nelas consubstanciada do que ao sentido literal da linguagem.
- 63.** São anuláveis os negócios jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio.
- 64.** As partes poderão livremente pactuar regras de interpretação, de preenchimento de lacunas e de integração dos negócios jurídicos diversas daquelas previstas em lei.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

- 65.** Considerando o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, julgue o item subsequente.
- O direito de receber crédito relativo à multa cominatória é transmissível aos sucessores da parte a quem se destinava a obrigação de fazer após seu falecimento, ainda que a obrigação principal que originou a multa seja de natureza personalíssima.

- 66.** Carlos ajuizou ação de indenização por danos materiais e morais em desfavor de Antônio, sob o argumento de que o réu teria dado causa à acidente automobilístico. Devidamente citado, Antônio apresentou contestação cumulada com reconvenção, alegando que Carlos seria o responsável pelo acidente e, então, deveria indenizá-lo.

Considerando essa situação hipotética, julgue o item a seguir.

Antônio poderia ter proposto a reconvenção independentemente de oferecer contestação.

- 67.** Carlos ajuizou ação de indenização por danos materiais e morais em desfavor de Antônio, sob o argumento de que o réu teria dado causa à acidente automobilístico. Devidamente citado, Antônio apresentou contestação cumulada com reconvenção, alegando que Carlos seria o responsável pelo acidente e, então, deveria indenizá-lo.

Considerando essa situação hipotética, julgue o item a seguir.

Caso Carlos opte por desistir da ação, a reconvenção perderá o seu objeto e deverá ser extinta.

- 68.** Carlos ajuizou ação de indenização por danos materiais e morais em desfavor de Antônio, sob o argumento de que o réu teria dado causa à acidente automobilístico. Devidamente citado, Antônio apresentou contestação cumulada com reconvenção, alegando que Carlos seria o responsável pelo acidente e, então, deveria indenizá-lo.

Considerando essa situação hipotética, julgue o item a seguir.

Antônio poderia optar por apresentar a reconvenção em litisconsórcio com terceiro e isso acarretaria a inclusão deste no polo passivo da ação principal.

69. A respeito da ação monitória, julgue o item subsequente.

Na ação monitória, admite-se citação por qualquer dos meios permitidos para o procedimento comum.

70. Considerando o disposto no Código de Processo Civil acerca do Saneamento e da Organização do Processo, julgue o item a seguir.

Realizado o saneamento, as partes têm o direito de pedir esclarecimentos ou solicitar ajustes, no prazo comum de 15 (quinze) dias, findo o qual a decisão se torna estável.

71. Considerando o disposto no Código de Processo Civil acerca do Saneamento e da Organização do Processo, julgue o item a seguir.

Caso tenha sido determinada a produção de prova testemunhal, o juiz fixará prazo comum não superior a 15 (quinze) dias para que as partes apresentem rol de testemunhas. O número de testemunhas arroladas não pode ser superior a 10 (dez), sendo 3 (três), no máximo, para a prova de cada fato.

72. Considerando o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, julgue o item subsequente.

Quando comprovado o empenho da parte e o insucesso das medidas adotadas, o juiz tem a faculdade de auxiliá-la a fim de que encontre as informações que, à disposição do Juízo, condicionem o eficaz desempenho de suas atribuições.

73. Acerca das nulidades no processo civil, julgue o item subsecutivo.

Ainda que realizada de outro modo daquele previsto na lei, o juiz considera válido o ato se este alcançar a sua finalidade.

74. Acerca das nulidades no processo civil, julgue o item subsecutivo.

Anulado o ato, consideram-se de nenhum efeito todos os subsequentes que dele dependam, todavia, a nulidade de uma parte do ato não prejudicará as outras que dela sejam independentes.

75. Considerando o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, julgue o item subsequente.

A interposição de um recurso inexistente gera preclusão consumativa, sendo incabível a subsequente interposição do recurso previsto na legislação.

76. Considerando o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, julgue o item subsequente.

É inadmissível a alteração do polo passivo da demanda após o saneamento do processo e sem autorização do réu, ainda que não haja alteração do pedido ou da causa de pedir.

77. Considerando as disposições do Código de Processo Civil acerca da modificação da competência, julgue o item subsequente.

O ajuizamento de ação em juízo aleatório, entendido como aquele sem vinculação com o domicílio ou a residência das partes ou com o negócio jurídico discutido na demanda, constitui prática abusiva que justifica a declinação de competência de ofício

78. Considerando as disposições do Código de Processo Civil acerca dos recursos em geral, julgue o item subsequente.

O recorrente comprovará a ocorrência de feriado local no ato de interposição do recurso, e, se não o fizer, o tribunal determinará a correção do vício formal, ou poderá desconsiderá-lo caso a informação já conste do processo eletrônico.

DIREITO DO TRABALHO*Antônio Daud*

Tomando por base os preceitos normativos e jurisprudenciais sobre o direito do trabalho, julgue os itens a seguir.

79. A “reforma trabalhista”, promovida pela Lei 13.467/2017, possui aplicação imediata aos contratos de trabalho em curso, passando a regular os direitos decorrentes de lei cujos fatos geradores tenham se efetivado a partir de sua vigência.

80. A utilização de equipamentos de proteção individual que diminuam a intensidade do agente agressivo a limites de tolerância é fator de neutralização da insalubridade.

81. Em contratos de trabalho a termo, o empregador que despedir o empregado sem justa causa, ficará obrigado a pagar-lhe indenização à razão da metade da remuneração a que teria direito até o fim do contrato.

82. O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário por dois dias consecutivos, para o fim de se alistar eleitor, nos termos da lei respectiva.

83. A duração da jornada dos trabalhadores em turnos ininterruptos de revezamento se sujeita ao limite de seis horas, sendo possível estabelecer jornada de oito horas, por meio de negociação coletiva, hipótese em que os empregados têm direito ao pagamento da 7ª e 8ª horas como extras.

84. As cláusulas regulamentares, que revoguem ou alterem vantagens deferidas anteriormente, só atingirão os trabalhadores admitidos após a revogação ou alteração do regulamento.

85. A modalidade de registro da jornada de trabalho, para a qual a legislação estabelece os meios manual, mecânico ou eletrônico, constitui objeto ilícito de acordo ou convenção coletiva do trabalho.

86. A estabilidade do dirigente sindical é limitada a sete dirigentes titulares e sete dirigentes suplentes.

Tomando por base os preceitos normativos e jurisprudenciais sobre o direito do trabalho, julgue os itens a seguir.

87. Fátima é garçonete no restaurante Cajubá, com salário-fixo de R\$ 4.400,00, mais as gorjetas cobradas pelo empregador na nota de serviço, que nos últimos doze meses totalizaram média de R\$ 2.000,00. Caso a trabalhadora venha a ser dispensada sem justa causa, a base de cálculo do aviso prévio será de R\$ 4.400,00, na medida em que as gorjetas não entram no cálculo do aviso prévio.

88. A cessação da atividade da empresa exclui o direito do empregado ao aviso prévio, na medida em que não houve iniciativa patronal para extinção do vínculo.

89. O lapso temporal do aviso prévio não deve ser computado para fins de cálculo das férias.

90. A ocorrência de qualquer justa causa no decurso do prazo do aviso prévio dado pelo empregador retira do empregado qualquer direito às verbas rescisórias de natureza indenizatória.

91. O pagamento da remuneração das férias deverá ser efetuado até dois dias após o início do período de férias.

92. O empregado que falta ao serviço, de maneira injustificada, por 8 dias não consecutivos dentro do período aquisitivo, fará jus a 22 dias corridos de férias.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Bruno Klippel

93. A lei trabalhista permite o ajuizamento de reclamação trabalhista na justiça do trabalho sem a assistência de advogado.

94. A justiça do trabalho é competente para determinar o recolhimento de contribuições fiscais, limitadas às sentenças que proferir.

95. O estado da federação, quando representado em juízo por seus procuradores, não precisa juntar instrumento de mandato nem comprovar o ato de nomeação, devendo o signatário, entretanto, declarar-se exercente do cargo de procurador.

96. De acordo com o entendimento do TST, o jus postulandi abrange a atuação nas varas do trabalho e nos TRT, inclusive no que se refere a mandados de segurança.

97. A possibilidade de empregado e empregador reclamarem pessoalmente na justiça do trabalho, conhecida como jus postulandi, foi extinta pela reforma trabalhista.

98. Acerca do sistema recursal do procedimento ordinário trabalhista, julgue o item seguinte. Empresas públicas e sociedades de economia mista dispõem de prazo dobrado para recorrer no foro da justiça do trabalho.

99. No processo trabalhista, para comparecer à audiência, as testemunhas serão previamente intimadas.

100. Os prazos processuais previstos na CLT são contados em dias úteis, sendo excluído o primeiro e incluído o último dia da contagem.

101. Em 2023, um empregado celetista ajuizou ação individual trabalhista contra determinada autarquia, sem a assistência de advogado, no rito sumaríssimo. O valor da causa indicado na inicial era de 10 mil reais. O juiz julgou improcedente a ação, e o autor interpôs recurso ordinário, que, entretanto, foi desprovido. Dessa decisão o autor interpôs recurso de revista, por entender ter havido contrariedade a súmula do STJ. Acerca dessa situação hipotética e de aspectos pertinentes à lei e à justiça do trabalho, julgue o item a seguir. O recurso ordinário é cabível no rito sumaríssimo trabalhista no prazo de 15 dias contra decisões definitivas das varas trabalhistas.

102. Com relação aos procedimentos nos dissídios individuais, julgue o item que se segue. Ao advogado, ainda que ele atue em causa própria, serão devidos honorários sucumbenciais, inclusive nas ações contra a fazenda pública.

103. Acerca dos procedimentos nos dissídios individuais, julgue o item a seguir. Nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, será admitida a interposição de recurso de revista somente por contrariedade a súmula de jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho e violação direta à Constituição Federal.

104. Julgue o item a seguir, referente a aspectos do direito processual do trabalho. Nos casos em que houver recolhimento insuficiente de custas ou depósito recursal, o recurso deverá ser considerado deserto, pois o pagamento de custas ou o depósito recursal deve ser feito corretamente dentro do prazo do recurso.

105. Acerca dos procedimentos nos dissídios individuais, julgue o item a seguir. Ainda que o advogado esteja presente na audiência, a ausência do reclamado impossibilitará a entrega da contestação e de documentos a ela acostados.

106. Acerca de dissídio individual na justiça do trabalho, julgue o item seguinte, à luz da CLT. Protocolo de arguição de incompetência territorial suspenderá o andamento do processo e, conseqüentemente, da audiência designada para apresentação de defesa; nessa situação, será aberto prazo para a manifestação do reclamante e, se necessário, haverá produção de prova oral.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Adriana Menezes

107. O acidente sofrido pelo segurado que esteja fora do local e do horário de trabalho não se caracteriza como acidente de trabalho quando esse segurado estiver em viagem de estudo financiada pela empresa e utilizar seu veículo para deslocamento.

108. Jurema e Constantina são amigas desde a adolescência e estão no 4º mês de gestação. Jurema é empregada doméstica e trabalha para a família Silva há 05 anos. Constantina é segurada facultativa e iniciou suas contribuições ao INSS há 02 meses.

Diante da situação hipotética, pode-se afirmar que tanto Jurema quanto Constantina terá direito de receber o benefício de salário-maternidade por 120 dias na ocorrência do parto.

Maria Eduarda iniciou no seu primeiro emprego há 01 mês, com remuneração mensal de 01 salário-mínimo. Quando estava no trabalho, ela foi agredida por uma companheira de trabalho e teve fraturas expostas dos membros inferiores.

Maria Eduarda foi socorrida e levada ao hospital, onde lá teve a notícia de que terá que se afastar do trabalho por 60 dias a fim de se recuperar das lesões sofridas.

Maria Eduarda é mãe de 02 filhos, Mateus e Felipe, com 08 e 06 anos de idade, respectivamente.

Diante da situação hipotética apresentada, julgue os itens subsequentes.

109. O acidente sofrido pela segurada não é considerado acidente de trabalho porque ocorreu em razão de agressão de colega de trabalho.

110. A segurada terá direito de receber auxílio por incapacidade temporária enquanto durar sua incapacidade, mas não goza da chamada estabilidade do acidentado prevista na legislação previdenciária.

111. Caso Maria Eduarda venha a óbito por causa do acidente sofrido, seus filhos terão direito à pensão por morte no valor correspondente a 100% da média dos salários de contribuição correspondente ao período contributivo.

112. De acordo com o entendimento dos Tribunais Superiores, a sentença trabalhista homologatória de acordo somente será considerada início de prova material válida quando houver nos autos elementos probatórios contemporâneos aos fatos alegados e que sejam aptos a demonstrar o tempo de serviço no período que se pretende reconhecer na ação previdenciária, salvo na ocorrência de caso fortuito ou de força maior.

- 113.** Segurado do RGPS que estiver em gozo do benefício da aposentadoria especial e continuar trabalhando poderá eventualmente acumular esse benefício com auxílio por incapacidade temporária, caso fique incapacitado para o novo trabalho por mais de 15 dias consecutivos.
- 114.** A empresa deverá elaborar e manter atualizado perfil profissiográfico previdenciário abrangendo as atividades desenvolvidas pelo trabalhador e fornecer a este, quando da rescisão do contrato de trabalho, cópia autêntica desse documento.
- 115.** Nos termos da reforma trabalhista, as gorjetas e as diárias de viagem com valor maior do que 50% (cinquenta por cento) da remuneração mensal não integram a remuneração do empregado, não constituindo, portanto, base de incidência de contribuição previdenciária da empresa e do empregado.
- 116.** Sobre os rendimentos auferidos em aplicações financeiras das entidades fechadas de previdência complementar (EFPC) incidem as contribuições do PIS e da COFINS.
- 117.** A aposentadoria dos servidores públicos federais pode ocorrer em virtude de incapacidade permanente para o trabalho; compulsoriamente, aos setenta e cinco anos de idade; ou voluntariamente, desde que cumpridos os requisitos exigidos, não havendo previsão legal de qualquer espécie de aposentadoria especial para esses servidores.
- 118.** Caso um servidor, participante da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário (FUNPRESP-JUD) seja cedido para um órgão do Distrito Federal, com ônus para o cessionário, este deverá recolher à respectiva entidade fechada de previdência complementar a contribuição ao plano de benefício, nos mesmos níveis e condições devidas pelo patrocinador.
- 119.** Em relação ao regime de previdência complementar dos servidores públicos federais, a União, sempre que oportuno, poderá aportar recursos a entidades de previdência privada que administram os planos ofertados aos participantes.
- 120.** Maria Carolina, servidora efetiva do Tribunal Regional do Trabalho, é participante do plano de benefícios da FUNPRESP-JUD desde o ano de 2020. Em 2022, teve o seu vínculo com a União extinto, em face do pedido de exoneração do cargo que ocupava. Naquela data, Maria Carolina não havia cumprido os requisitos de elegibilidade para a aquisição do direito ao benefício pleno. Diante da situação apresentada, pode-se afirmar que Maria Carolina poderá optar pelo instituto do benefício proporcional diferido.

Discursiva

Um órgão público, mediante prévio procedimento licitatório, celebrou contrato para a realização de determinada obra. Durante a execução do contrato, foram constatados problemas como o não cumprimento de cláusulas contratuais e de prazos.

Em decorrência desses fatos, o órgão extinguiu unilateralmente o contrato, retendo a garantia e aplicando cumulativamente as penalidades de advertência, de suspensão temporária de participação em licitação e de impedimento de licitar e contratar com a administração, sendo assegurados ao contratado o contraditório e a ampla defesa no âmbito do processo administrativo.

Inconformada, a empresa contratada interpôs recurso administrativo invocando:

- a) ilegitimidade do ato de extinção unilateral;
- b) seu direito à devolução da garantia, caso admitida a rescisão; e
- c) inviabilidade de aplicação cumulativa das sanções administrativas.

Considerando a situação hipotética apresentada, analise os questionamentos apresentados pela empresa contratada, posicionando-se, de forma fundamentada, a respeito de cada um deles.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
